

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

Na republicação parcial da Medida Provisória nº 664, de 30 de dezembro de 2014, no DOU de 31 de dezembro de 2014, Seção 1, Edição Extra, **onde se lê:** "Art. 2º A Lei nº 10.876, de 2 junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações...", **leia-se:** "Art. 3º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações..."

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 1, de 2 de janeiro de 2015.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Item 65 da Seção I do Anexo III

"65. Distribuição de Medicamentos e Materiais aos Portadores de Diabetes (Lei nº 11.347, de 27/09/2006)."

Razões do veto

"As dotações orçamentárias para atender à distribuição de medicamentos aos portadores de diabetes, assim como para aquisição de todos os demais medicamentos que compõem o Programa Farmácia Popular, estão previstas, sem qualquer especificação ou destinação prévia, em duas ações orçamentárias distintas do orçamento do Ministério da Saúde: 'Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Gratuidade' e 'Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde'. Do ponto de vista operacional, haveria dificuldades de segregar, no âmbito de uma mesma ação, qual parcela deverá ser destinada à despesas que passam a ser de caráter obrigatório, ou seja, não passível de contingenciamento, das demais."

Seção II do Anexo III

"Seção II - DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS:

1. Ações de Proteção de Povos Indígenas Isolados;
2. Ações relativas à Participação Brasileira em Missões de Paz;
3. Ações relativas à Região do Calha Norte;
4. Ações de Pesquisa e Desenvolvimento e de Transferências de Tecnologia no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
5. Ações relativas à Função Segurança Pública;
6. Ações relativas ao desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa;
7. Ação de Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz;
8. Ações relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher;
9. Ações relativas ao Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres; e
10. Despesas relativas ao Bolsa Estiagem ou Auxílio Emergencial (Lei nº 10.954, de 29/09/2004)."

Razões do veto

"A exclusão de quaisquer dotações orçamentárias do cálculo da base contingenciável traz maior rigidez para o gerenciamento das finanças públicas, especialmente no tocante ao alcance da meta de superávit primário. Além disso, à medida que se reduzem, nessa base, as despesas discricionárias do Poder Executivo, aumenta proporcionalmente a participação dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União na limitação de empenho, o que poderá prejudicar o desempenho de suas funções, uma vez que, de forma geral, suas dotações se destinam ao custeio de ações administrativas. Nesse sentido, entende-se que ressaltar as despesas relacionadas, da limitação de empenho, contraria o interesse público."

Art. 4º, inciso VII do art. 145 e Anexo VII

"Art. 4º As prioridades e metas da administração pública federal para o exercício de 2015, atendidas as despesas contidas na Seção I do Anexo III, as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, ao Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, às programações decorrentes de emendas individuais e ao Anexo de Prioridades e Metas, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação

da despesa."

"Anexo VII - Prioridades e Metas."

"ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2015
0581	Defesa da Ordem Jurídica	
1E30	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal Instalação modernizada (unidade)	33
2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	
20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário Projeto/iniciativa apoiado(a) (unidade)	1.000
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	
20YJ	Sistema Nacional de Vigilância em Saúde População coberta (unidade)	3.200
4525	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde Unidade apoiada (unidade)	2.015
6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais Procedimento realizado (unidade)	200.000
7833	Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON Centro implantado (unidade)	3
8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde Unidade estruturada (unidade)	1.300
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade Procedimento realizado (unidade)	250
2016	Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	
210B	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Serviço apoiado (unidade)	163
2017	Aviação Civil	
14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional Aeroporto adequado (unidade)	423
2020	Cidadania e Justiça	
2334	Proteção e Defesa do Consumidor Ação implementada (unidade)	92
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação	
10ZS	Implantação do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol - CTBE, pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM-OS Laboratório implantado (% de execução física)	40
20UU	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos Projeto apoiado (unidade)	4
20V6	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo Projeto apoiado (unidade)	204
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	
20V8	Apoio a Projetos de Inclusão Digital Projeto apoiado (unidade)	49
2026	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	
7V53	Consolidação dos Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais Projeto apoiado (unidade)	10
2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Projeto apoiado (unidade)	28.619
20ZH	Preservação de Bens e Acervos Culturais Bem preservado (unidade)	10
2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	
152M	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Adequação de Infraestrutura Produtiva Municipal Município atendido (unidade)	333
20N7	Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria Arranjo produtivo local apoiado (unidade)	564
20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação Empreendimento apoiado (unidade)	4.847
7V57	Construção de Ponte sobre o Rio Tocantins - Porto Nacional - No Estado do Tocantins Obra executada (% de execução física)	100
8902	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica Iniciativa apoiada (unidade)	2